modalidade de mútuo, sob pena de responsabilização eriminal e invalidade absoluta do ato, tendo este prestado o compromisso legal, por termo no livro próprio dessa Secretaria. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei, sem ônus para o requerente, que se encontra sob o pátio da Justiça Gratuita, salientando-se que o presente edital, assinado eletronicamente pelo MM Juiz acima nominado, deverá ser publicado no diário oficial por três vezes consecutivas, com intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 4 (quatro) dias do mês de agosto de 2025, Eu, Celma Soares de Lima, oficial judiciário o digitei.

Assinado eletronicamente por: MARCOS ANTONIO FERREIRA
04/08/2025 12:53:39
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 10509064519
25080412533940400010505101788

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância
Comarca de Montes Claros / 2ª Vara de Família da Comarca de Montes Claros

Rua Camilo Prates, 352, Centro, Montes Claros - MG - CEP: 39400-002

PROCESSO Nº: 5023264-17.2022.8.13.0433
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

MARIA DE FATIMA SOUZA SILVA CPF: 717.418.606-87

VALÉRIA SOUZA E SILVA CPF: não informado
EDITAL INTERDIÇÃO

O Exmo. Sr. Marecos Antônio Ferreira, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família desta Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença proferida aos 1 (um) de agosto de 2025, ID nº 10508278617, nos autos da Ação de Interdição, processo supra, ajuizada por MARIA DE FATIMA SOUZA SILVA, brasileira, casada, RG nº 59.340.095-1 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 717.418.606-87, residente e domiciliada à Rua Vinte e Seis, nº 187, bairro Novo Delfino, nesta cidade, por meio de seu advogado Dr. Carlos Caldeira, OAB/MG 48.642, foi decretada a INTERDIÇÃO de VALÉRIA SOUZA E SILVA, brasileira, solteira, nascida aos 02/10/1979, filha de Valdeci Ferreira da Silva e de Maria de Fátima Souza e Silva, RG nº MG-10.562.413-PC/MG, inscrita no C.P.F. sob o nº 036.816.816-41, residente e domiciliada no mesmo endereço acima aludido, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especificamente, os negociais ou de mera administração, conforme consta dos autos, tendo sido nomeado Curadora da mesma a requerente MARIA DE FATIMA SOUZA E SILVA, limitada a representação tão somente, aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, para os quais exercerá a assistência ao interditado, sendo-lhe vedado qualquer outro ato de disposição de bens, salvo com expressa autorização judicial, bem como onerar os rendimentos da assistida com qualquer modalidade de mútuo, sob pena de responsabilização eriminal e invalidade absoluta do ato, tendo este prestado o compromisso legal, por termo no livro próprio dessa Secretaria. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei, sem ônus para o requerente, que se encontra sob o pátio da Justiça Gratuita, salientando-se que o presente edital, assinado eletronicamente pelo MM Juiz acima nominado, deverá ser publicado no diário oficial por três vezes consecutivas, com intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 4 (quatro) dias do mês de agosto de

2025, Eu, Celma Soares de Lima, oficial judiciário o digitei.

Assinado eletronicamente por: MARCOS ANTONIO FERREIRA
04/08/2025 16:18:59
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 10509506120
25080416185906800010505543639

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância
Comarca de Montes Claros / 2ª Vara de Família da Comarca de Montes Claros

Rua Camilo Prates, 352, Centro, Montes Claros - MG - CEP: 39400-002

PROCESSO Nº: 5002626-89.2024.8.13.0433
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

LUCIENE ALVES DE FREITAS CPF: 554.211.806-20

FLAVIA EMANUELLE ALVES DE FREITAS CPF: 036.810.936-44

EDITAL INTERDIÇÃO

O Exmo. Sr. Marecos Antônio Ferreira, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família desta Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença proferida aos 1 (um) de agosto de 2025, ID nº 10508407000, nos autos da Ação de Interdição, processo supra, ajuizada por LUCIENE ALVES DE FREITAS, brasileira, casada, advogada, RG nº M-3.807.667-SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 554.211.806-20, residente e domiciliada à Rua São Lucas, nº 53, bairro São Mateus, nesta cidade, foi decretada a INTERDIÇÃO de FLÁVIA EMANUELLE ALVES DE FREITAS, brasileira, solteira, nascida aos 04/03/1979, filha de Aureliano de Freitas e de Maria Alves de Freitas, RG nº MG-9.354.388-SSP/MG, inscrita no C.P.F. sob o nº 036.810.936-44, residente e domiciliada no mesmo endereço acima aludido, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especificamente, os negociais ou de mera administração, conforme consta dos autos, tendo sido nomeado Curadora da mesma a requerente LUCIENE ALVES DE FREITAS, limitada a representação tão somente, aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, para os quais exercerá a assistência a interditada, sendo-lhe vedado qualquer outro ato de disposição de bens, salvo com expressa autorização judicial, bem como onerar os rendimentos da assistida com qualquer modalidade de mútuo, sob pena de responsabilização eriminal e invalidade absoluta do ato, tendo este prestado o compromisso legal, por termo no livro próprio dessa Secretaria. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei, sem ônus para o requerente, que se encontra sob o pátio da Justiça Gratuita, salientando-se que o presente edital, assinado eletronicamente pelo MM Juiz acima nominado, deverá ser publicado no diário oficial por três vezes consecutivas, com intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 4 (quatro) dias do mês de agosto de 2025, Eu, Celma Soares de Lima, oficial judiciário o digitei.

Assinado eletronicamente por: MARCOS ANTONIO FERREIRA
04/08/2025 16:39:06
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 10509535608
25080416390679400010505573127

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 15/09/2025, com

encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 15/09/2025, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior ao valor da avaliação. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. LOCAL: Através do site www.joserodovalholeiloes.com.br. PROCESSO: Autos nº 5013872-92.2018.8.13.0433 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é Exequente BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ: 00.000.000/0024-88) e Executado CELIA MARINETE SANTOS DAMASCENO (CPF: 803.068.026-00), DINAMICA COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA. e ME (CNPJ: 18.640.151/0001-70), ESPÓLIO DE JOSE ABILIO DAMASCENO (CPF: 065.933.056-34), IZAIAS SCIOLUB DAMASCENO (CPF: 321.582.626-72), MARLENE NEVES CAETANO (CPF: 586.471.806-82). DESCRIÇÃO DO BEM: Fazenda consistente em Terras com área de 44.784ha denominada Fazenda Santo Antônio ou PEGA, localizada no Distrito de Catuní, Município de Francisco Sá/MG, margem do Rio Gorutuba, Estrada de Barroão, Quinhão 47, dentro dos seguintes limites: Partindo do marco divisor dos herdeiros de Clarindo, cravado na margem do Rio Gorutuba, sobe pelo referido rio até o marco divisor de D. Thereza; dali segue em linha reta ao marco na Estrada do Barroão; deste ponto segue pela referida estrada até o marco do espólio de Felix José Peres; dali segue limitando com estes até chegar novamente no Rio Gorutuba; dali vai limitando com a gleba nº 50, até o marco divisor de Sérgio Durães; dali segue limitando com estes até o marco do Carrasco, no divisor de águas do Córrego Mata Veado; dali vai pelo referido divisor limitando com Thiago dos Santos e outros até confrontar um marro, deste ponto volta a esquerda limitando com Clarindo Mineiro, em rumo direito, ao ponto inicial destes limites. Obs.: Área sem benfeitorias, exceto a cerca que a circunda, caracterizando assim, o que se denomina terra nua. Solo de baixa fertilidade, característico daquela região. Imóvel matriculado sob nº 1.552, no Cartório de Registro de Imóveis de Francisco Sá/MG.. (RE)AVALIAÇÃO: R\$ 647.702,03 (seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e dois reais e três centavos), em 15 de agosto de 2023. LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 647.702,03 (seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e dois reais e três centavos). No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 289.223,61 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos), em 12 de dezembro de 2018. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Conforme descrição acima. DEPOSITÁRIO: MARLENE NEVES CAETANO DAMASCENO, Rua Marcus Vinícius Silveira, 42, Morada do Parque I, Montes Claros/MG. ÔNUS: Eventuais constantes na matrícula imobiliária. HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil). MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o

equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitante. **BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, § 1º, caput, e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). **DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior. Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.joseroovalholeiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O **TERCEIRO** que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada. **LEILOEIRO:** O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **JOSÉ ANTÔNIO RODOVALHO JÚNIOR, JUCEMG** sob n.º. 862/2012, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do

trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei. **COMO PARTICIPAR DO LEILÃO:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.joseroovalholeiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito. Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios. Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado,

como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. **PAGAMENTO DE FORMA À VISTA:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015). **ARREMATACÃO PELO CREDOR:** Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro. **PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA:** O pagamento poderá ser parcelado mediante depósito de pelo menos 25% do valor à vista, podendo a quantia restante ser parcelada em até 05 (cinco) vezes. **VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. **VISITAÇÃO:** É vedado aos Senhores Depositários criarem embargos à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Leiloeiro, telefone 0800-707-9272, Chat no site do Leiloeiro e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link "Fale Conosco" ou diretamente pelo endereço contato@joseroovalholeiloes.com.br. **PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no site do Leiloeiro www.joseroovalholeiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015. **ARREMATACÃO:** Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretirável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração. **OBSERVAÇÕES GERAIS:** O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os

interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consentos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ. INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) Executado(s) CÉLIA MARINETE SANTOS DAMASCENO e seu(a) cônjuge se casado(a) for; DINÂMICA COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA. - ME na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is); ESPÓLIO DE JOSE ABILIO DAMASCENO e seu(a) cônjuge se casado(a) for; IZAIAS SCIO LUB DAMASCENO e seu(a) cônjuge se casado(a) for; MARLENE NEVES CAETANO e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca. Montes Claros/MG, 18 de agosto de 2025. JOÃO ADILSON NUNES OLIVEIRA Juiz(a) de Direito

~~COMARCA DE MONTES CLAROS - 2ª VARA CRIMINAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NO FEITO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 05 (CINCO) DIAS. O Dr. NALBERNARD DE OLIVEIRA BICHARA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal desta comarca de Montes Claros/MG, no exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem este edital ou dele notícia tiverem, que por este juízo e Secretaria da 2ª Vara Criminal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, nos autos de processo-crime nº 0122937-63-2025.8.13.0433 ficam os eventuais herdeiros do réu DIEGO HENRIQUE SANTOS, filho de Ana Paula Santos Sena, falecido em 15/06/2025, inserido no CPF sob o nº 019.009.596-23, intimados para, caso queiram, se habilitem no feito acima mencionado, no prazo de 05 (cinco) dias, para os fins de direito, qual seja o futuro levantamento da quantia de R\$ 479,20 (quatrocentos e setenta e nove reais e vinte centavos) referente ao valor apreendido com o réu no processo eriminal. E para conhecimento de todos, será o presente edital publicado na forma da Lei e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 25/08/2025. Eu (Marefílio Carneiro de Castilho Júnior) Oficial Judiciário da 2ª Vara Criminal o subservevi. Nalbernard de Oliveira Bichara Juiz de Direito~~

~~COMARCA DE MONTES CLAROS - 2ª VARA CRIMINAL - EDITAL DE CITAÇÃO JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. O Dr.~~

~~NALBERNARD DE OLIVEIRA BICHARA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal desta comarca de Montes Claros/MG, no exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem este edital ou dele notícia tiverem, que por este juízo e Secretaria da 2ª Vara Criminal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, nos autos de processo-crime nº 0023088-55-2024.8.13.0433, fica o réu DURVAL PEREIRA SILVA JUNIOR, CPF 093.594.266-10, filho de MARIA APARECIDA RODRIGUES SILVA, nascido em 22/05/1987, atualmente em lugar em incerto e não sabido, CITADO POR EDITAL, para os termos da presente ação penal, bem como para apresentar resposta à acusação no prazo legal de dez dias, conforme dispõe o art. 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretende produzir e, até o número de cinco, arrolar testemunhas. Na hipótese de não ter condições financeiras de contratar advogado, isso ensinará a nomeação de Defensor Público. E para conhecimento de todos, será o presente edital publicado na forma da Lei e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 25/08/2025. Eu (Edson Gomes Dias) Técnico de Apoio Judicial da 2ª Vara Criminal o subservevi. Nalbernard de Oliveira Bichara Juiz de Direito~~

MURIAÉ

Processos Eletrônicos (PJE)

~~COMARCA DE MURIAÉ - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO: SECRETARIA DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS - JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO N. 5002315-46-2025.8.13.0439 - Prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Juliano Carneiro Veiga, MM, Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais desta Comarca de Muriaé/MG, em pleno exercício do seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, especialmente a Sra. Viviane da Silva Pereira, nascida em 20/09/1988, filha de Maria das Graças da Silva. E, constando dos autos supramencionados que o(a) requerido(a) encontra-se, atualmente, em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, expedir o presente edital pelo qual INTIMA o(a) mesmo(a) da sentença proferida nos autos supramencionados, que CONCEDEU a guarda definitiva da infante B. D. S. P. S. em favor Sebastião Sertório Faustino e Nelita Faustino da Silva Sartori, com base no art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou art. 1.584, II e § 5º do Código Civil e JULGOU EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do Código de Processo Civil, por ausência de interesse processual. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saquão do Fórum desta cidade. Muriaé/MG, 22 de Agosto de 2025. Eu, Leandro Dornelas Mallosto, Escrivão Judicial, o digitei. (as) Juliano Carneiro Veiga, Juiz de Direito.~~

~~COMARCA DE MURIAÉ - EDITAL DE INTIMAÇÃO: SECRETARIA DA VARA CRIMINAL - JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO N. 0014817-44-2021.8.13.0439; Prazo de 15 (quinze) dias. A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA, MMa. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da Ação Penal em que figura como RÉU CARLOS DOS SANTOS DE PAULA, brasileiro, natural de Vieiras/MG, nascido em 02/05/1987, filho de Elizia Maria dos Santos de Paula e José Geraldo de Paula, dando-o como~~

~~incurso nas sanções previstas pelo artigo 157 do Código Penal e COMO VÍTIMA M.R.L.D.R. Tendo em vista que a vítima M.R.L.D.R. encontra-se em local incerto e não sabido, fica por este meio intimada por todo conteúdo da sentença prolatada na data de 31 de março de 2025 em que JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na denúncia e ABSOLVO o acusado CARLOS DOS SANTOS DE PAULA, brasileiro, natural de Vieiras/MG, nascido em 02/05/1987, filho de Elizia Maria dos Santos de Paula e José Geraldo de Paula, nos termos do art. 386, incisos V e VII, do Código de Processo Penal. E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, 18 de junho de 2025. Eu, Márcia Helena Ferreira, Servidora do Juízo, o digitei e subservevi. Assinado por Michelle Felipe Camarinha de Almeida, Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE MURIAÉ - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA: SECRETARIA DA VARA CRIMINAL - JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO N. 5013061-41-2023.8.13.0439, Prazo de 15 dias. Michelle Felipe Camarinha de Almeida, MM, Juíza da Vara Criminal da comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da AÇÃO de Medida Protetiva de Urgência Lei 11.340/06, requerida pelo Ministério Público em favor da vítima CRISTIANE SANTOS PINHEIRO contra o requerido NAMUR DE ANDRADE GOULART LOPES. E constando dos autos que a vítima encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica por este meio INTIMADA da decisão proferida na data de 19/08/2025 no seguinte teor: Considerando que os autos principais foram arquivados (0439-24.000361-6), verifico não mais subsistirem motivos para manutenção das medidas protetivas nestes autos. Assim, REVOGO as medidas protetivas deferidas no ID 10211151086, e determino o arquivamento do presente feito, com a devida baixa no sistema. E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e Passado, nesta cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, 22 de agosto de 2025, eu, MILENA MOTA PARREIRA estagiária de graduação o digitei. (as) Michelle Felipe Camarinha de Almeida Juíza de Direito~~

~~COMARCA DE MURIAÉ - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA: SECRETARIA DA VARA CRIMINAL - JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO N. 5009870-85-2023.8.13.0439; Prazo de 15 dias. Michelle Felipe Camarinha de Almeida, MM, Juíza da Vara Criminal da comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da AÇÃO de Medida Protetiva de Urgência Lei 11.340/06, requerida pelo Ministério Público em favor da vítima CLAUDINEA APARECIDA DE SOUZA SILVA contra o requerido EDSON INACIO DA SILVA. E constando dos autos que a vítima encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, fica por este meio INTIMADA da decisão proferida na data de 20/08/2025 no seguinte teor: Tendo em vista que a certidão de ID 10514759146 confirma que a vítima C.A.D.S.S reside naquele endereço, contudo o Sr. Oficial de Justiça não a encontrou no momento da diligência, indefiro o pleito ministerial de ID 10520411246. Expeça-se novo mandado de intimação da vítima, devendo ser cumprido no mesmo endereço, acrescido das prerrogativas do art. 212, §2º, do CPC/15, devendo as diligências serem~~